# ODR HEALTH SPE S.A.

Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro

2024

# Conteúdo

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras** **1**

**Balanços patrimoniais** **3**

**Demonstrações do resultado** **4**

**Demonstrações do resultado abrangente** **5**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido** **6**

**Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto** **7**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras** **8**

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, aos Acionistas, à Diretoria e aos Administradores da
ODR Health SPE S.A.

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ODR Health SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 15 de outubro a 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ODR Health SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 15 de outubro a 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Danilo Namura Lombardoso

Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

2025SP040165

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

ODR Health SPE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

| ATIVO | Nota explicativa | 31/12/2024 | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota explicativa | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| CIRCULANTE | | | CIRCULANTE | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 1.476 | Fornecedores | 6 | 1.985 |
| Impostos a recuperar | 4 | 74 | Impostos e contribuições a recolher | | 18 |
| Total do ativo circulante | | 1.550 | Partes relacionadas | 7 | 951 |
| | | | Total do passivo circulante | | 2.954 |
| CIRCULANTE | | | | | |
| Intangível | 5 | 3.355 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 8 | |
| Total do ativo circulante | | 3.355 | Capital social | | 2.001 |
| | | | Prejuízo Acumulado | | (50) |
| | | | Total do patrimônio líquido | | 1.951 |
| TOTAL DO ATIVO | | 4.905 | TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 4.905 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ODR Health SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O PERÍODO DE 15 DE OUTUBRO À 31 DE DEZEMBRO 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota explicativa | De 15/10/2024 à 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Despesa financeira | 9 | (50) |
| RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO | | (50) |
| RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS | | (50) |
| PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO | | (50) |
| RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO | 10 | (0,17) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ODR Health SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO DE 15 DE OUTUBRO À 31 DE DEZEMBRO 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

| | De 15/10/2024 à 31/12/2024 |
|---|---|
| Lucro liquido do período | (50) |
| Outros resultados abrangentes | - |
| Resultado abrangente do período | (50) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ODR Health SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE 15 DE OUTUBRO À 31 DE DEZEMBRO 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota Explicativa | Capital Social | | | Prejuízo acumulados | Total patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Subscrito | A integralizar | Integralizado | | |
| Constituição em 15 de outubro de 2024 | 8 | 1 | - | 1 | - | 1 |
| Aporte de capital em 03 de dezembro de 2024 | 8 | 3.870 | 1.870 | 2.000 | - | 2.000 |
| Prejuízo do período | | - | - | - | (50) | (50) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2024** | | **3.871** | **1.870** | **2.001** | **(50)** | **1.951** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ODR Health SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE 15 DE OUTUBRO À 31 DE DEZEMBRO 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota explicativa | De 15/10/2024 à 31/12/2024 |
|---|---|---|
| **Atividades operacionais** | | |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | (50) |
| Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa aplicado pelas atividades operacionais: | | |
| Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro | | **(50)** |
| Variação no capital circulante: | | |
| Impostos a recuperar | 4 | (74) |
| Fornecedores e prestadores de serviços | 6 | 1.985 |
| Impostos a recolher | | 18 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 1.879 |
| Fluxo de caixa de atividades de investimentos | | |
| Intagível | | (3.355) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | | (3.355) |
| Fluxo de caixa de atividades de financiamentos | | |
| Partes relacionadas | | 951 |
| Aporte de Capital / Consituição | 8 | 2.001 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos | | 2.952 |
| Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa | | 1.476 |
| Caixa e equivalentes no início do período | | - |
| Caixa e equivalentes no final do período | 3 | 1.476 |
| Variação do caixa e equivalentes | | 1.476 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024**
**(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)**

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A ODR Health SPE S.A. ("ODR Health"), é uma sociedade anônima de capital fechado e de propósito específico, com sede na Quadra Acne 11, Avenida LO 4, S/N, Conjunto 04, lote 39, Plano Diretor Norte, Palmas - TO. A companhia foi constituída em 15 de outubro de 2024 e detém parceria público - privada com o Governo do Estado de Tocantins que consiste na concessão administrativa para a prestação de serviços de construção, gestão, operação e manutenção de serviços não assistenciais do novo Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina – HMMDR - Palmas nos termos do Contrato de Concessão n° 02/2025 firmado em 10 de fevereiro de 2025, pelo prazo de 30 anos.

O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 1 (mil reais) dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. No dia 03 de dezembro de 2024, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital Social da ODR Health no montante R$ 3.869 (três milhões, oitocentos e sessenta e nove mil) mediante a emissão de 3.869.852 (três milhões, oitocentas e sessenta e nove mil, oitocentas e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal ao preço de emissão de R$ 1,00 (um real).

O capital social da companhia passou para R$ 3.870 (três milhões, oitocentos e setenta mil reais) dividido em 3.870.852 (três milhões, oitocentas e setenta mil, oitocentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R$ 2.001 (dois milhões e mil reais) integralizados em moeda corrente nacional e R$ 1.869 (um milhão, oitocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais) a serem integralizados, em moeda corrente nacional, em até 06 (seis) meses.

A Companhia é controlada integralmente pela OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A., a qual, por sua vez, tem como controlador final o fundo BTG PACTUAL INFRA SOCIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES II MULTIESTRATÉGIA.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava em fase pré-operacional. Seu controlador possui capacidade financeira para suportar todos os custos para o projeto e para a continuidade operacional da empresa.

### Contrato de Concessão

O Contrato de Concessão nº 02/2025, celebrado em 10 de fevereiro de 2025, tem por objeto a construção do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina – HMMDR, bem como a gestão, operação e manutenção dos serviços não assistenciais da unidade.

O perfil hospitalar do HMMDR será voltado para especialidades ginecológicas e obstétricas, abrangendo atendimentos de gestação de risco habitual e alto risco, além de cuidados neonatais. A unidade contará com estrutura para internações e atendimentos ambulatoriais de recém-nascidos até 28 dias de vida, incluindo leitos de UTI Neonatal, Unidade de Cuidados Intermediários Convencionais (UCINCo) e Unidade de Cuidados Intermediários Canguru (UCINCa).

Ao todo, o hospital disponibilizará 210 leitos, distribuídos da seguinte forma: 70 leitos de Alojamento Conjunto; 10 leitos de Alojamento Conjunto para Neonatos Patológicos; 30 leitos de Ginecologia; 20 leitos de Obstetrícia para Gestação de Alto Risco (GAR); 10 leitos de UTI Adulto; 30 leitos de UTI Neonatal; 30 leitos de Cuidados Intermediários Neonatais Convencionais (UCINCo); 10 leitos do Programa Mãe Canguru (UCINCa). Além dos setores de internação, o hospital contará com ambulatórios e demais áreas de apoio, planejadas para oferecer um atendimento humanizado, eficiente e de qualidade às pacientes e seus familiares.

## 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão descritas na nota explicativa 2.5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

### 2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis materiais a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, no momento em que tais transações são originadas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

### 2.2 Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, aplicou-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos são apresentados em milhares de Reais nestas demonstrações financeiras e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares).

### 2.4 Uso de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis materiais e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente às políticas contábeis materiais adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir:

### 2.4.1 Avaliação dos instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 11 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros.

## 2.5 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### 2.5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

### 2.5.2 Impostos a recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, a Companhia reconhece créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, oriundos das fases de construção e operação do Hospital. Referidos créditos são originados e reconhecidos no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insumos para execução dos serviços de construção e operação do Hospital. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundo de suas operações. A Companhia espera utilizar estes saldos ao longo de seu contrato de concessão.

### 2.5.3 Intangível

A ODR possui ativo intangível decorrente dos custos de consultoria para elaboração de projetos iniciais da concessão conforme nota 5.

### 2.5.4 Fornecedores

Os saldos de contas a pagar de Fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento da prestação de serviços necessários para a operação de Companhia.

### 2.5.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

## 2.6 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às normas brasileiras de contabilidade que são obrigatoriamente válidas para um exercício contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

- IAS 1 / CPC 26 (R1) - Trata da apresentação das demonstrações financeiras e introduz alterações nos critérios de classificação de ativos e passivos circulantes e não circulantes, especialmente relacionados ao ciclo operacional normal, passivos financeiros, e direitos de diferir a liquidação por pelo menos 12 meses. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2024

- IAS 7 / CPC 26 e IFRS 7 / CPC 40 - Incorporação de requisitos para divulgação de acordos de financiamento com fornecedores. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2024

- Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro—Definição de Estimativas Contábeis.

## 2.7 Novos pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras a companhia não adotou as seguintes novas normas emitidas e revisadas, que ainda não aplicáveis no exercício corrente.

- IAS 21 / CPC 02 - Ausência de conversibilidade, efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2025

- IFRS 18 - Divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Administração continua avaliando os impactos até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras.

Com exceção do novo formato de apresentação da demonstração do resultado conforme IFRS 18, não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

## 3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

| | **31/12/2024** |
|---|---|
| Bancos | 6 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata (a) | 1.470 |
| **Total** | **1.476** |

As aplicações financeiras referem-se às operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas a uma taxa média (em 12 meses) de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024.

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

## 4 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

| | 31/12/2024 |
|---|---|
| PIS e COFINS não cumulativos a recuperar | 74 |
| | **74** |

## 5 INTANGÍVEL

Em 10 de fevereiro de 2025, a Companhia celebrou com o Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, contrato de concessão administrativa para construção, gestão, operação e manutenção do novo Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina em Palmas.

| | |
|---|---|
| Adições (a) | 3.355 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2024** | **3.355** |

(a) Refere-se a gastos incorridos, principalmente com consultorias no desenvolvimento e elaboração do projeto para a obtenção da concessão. A amortização será de acordo com o prazo da concessão.

## 6 FORNECEDORES

Os saldos devidos a fornecedores correspondem substancialmente a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como não circulante.

| | 31/12/2024 |
|---|---|
| Fornecedores – terceiros | 1.985 |
| **Total** | **1.985** |

## 7 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos decorrentes das transações entre partes relacionadas, são:

| | Relação | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| **Contas a pagar** | | |
| Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i) | Acionista | 951 |
| | | **951** |

(i) Refere-se ao pagamento de despesas com honorários de assessorias para participar da licitação referente a PPP de Tocantins.

## 8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

| Acionistas | Quantidade de ações Subscritas | Quantidade de ações integralizadas | Capital Social R$ |
|---|---|---|---|
| OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. | 3.870.852 | 3.870.852 | 2.001.000 |
| | **3.870.852** | **3.870.852** | **100,00%** |

## 9 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e pode ser assim composto:

| | 31/12/2024 |
|---|---|
| **Despesas Financeiras** | |
| Despesas Bancárias | (50) |
| | **(50)** |
| Resultado financeiro, líquido | **(50)** |

## 10 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação considerando o lucro líquido atribuível ao acionista dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui eventos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação.

Os cálculos dos resultados por ação do período findo em 31 de dezembro de 2024 podem ser assim demonstrados:

| | 31/12/2024 |
|---|---|
| Numerador | |
| Resultado líquido do período | (50) |
| Denominador (em milhares de ações) | |
| Média ponderada de número de ações ordinárias | 297.153 |
| Resultado por ação básico e diluído (R$) | (0,17) |

## 11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

### Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("*non performance risk*") ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de "*input*" significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de "*inputs*" baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os "inputs" de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de "input" que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis.

Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

| | 31/12/2024 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor Contábil | | | Valor Justo |
| | Valor justo por meio do resultado | Custo amortizado | Total | Nível 1 |
| **Ativos** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.476 | - | 1.476 | 1.476 |
| | **1.476** | **-** | **1.476** | **1.476** |
| **Passivos** | | | | |
| Fornecedores e Partes Relacionadas | - | 2.936 | 2.936 | - |
| | **-** | **2.936** | **2.936** | **-** |

## 12 GERENCIAMENTO DE RISCOS

### Risco de capital

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seus ativos financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.

Dessa forma, a Companhia avalia, com base em sua posição atual, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago.

### (a) Risco de mercado

#### Exposição ao risco de taxas de juros

***Ativos***

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CONTAMAX, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro, (ver nota explicativa nº 3).

***Passivos***

A companhia não está exposta a riscos relativos à variação de taxa de juros em função de não ter captado financiamentos até 31 de dezembro de 2024.

#### Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

**Cenário atual:** refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2024.

**Cenário base:** elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 18 de fevereiro de 2025, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP.

**Cenários I, II, III e IV:** conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

| | | 31/12/2024 | Período até 31 de dezembro de 2025 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Indexadores** | **Risco** | **Cenário Atual** | **Cenário Base** | **Cenário I (-50%)** | **Cenário II (-25%)** | **Cenário III (+25%)** | **Cenário IV (+50%)** |
| CDI | Variação CDI | 0,0021 | 0,0021 | 0,0011 | 0,0016 | 0,0027 | 0,0032 |

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

| **Ativos financeiros** | | 31/12/2024 | Período até 31 de dezembro de 2025 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Operação** | **Risco** | **Cenário Atual** | **Cenário Base** | **Cenário I (-50%)** | **Cenário II (-25%)** | **Cenário III (+25%)** | **Cenário IV (+50%)** |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | Variação CDI | 1.470 | 1.470 | 1.469 | 1.468 | 1.474 | 1.475 |
| | | 1.470 | 1.470 | 1.469 | 1.468 | 1.474 | 1.475 |
| | **Efeito de ganho (perda)** | | **1.470** | **(2)** | **(2)** | **4** | **5** |

## (b) Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Gerência Financeira e monitorado pelo Diretoria Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais.

Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

## (c) Risco de crédito

O risco de crédito é proveniente da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente o cronograma físico e financeiro de suas operações, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e garantir os fluxos normais de recebimento.

## 13 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão do relatório, os eventos subsequentes significativos da Companhia se referem a constituição do contrato de garantia entre o Estado do Governo de Tocantins e o Banco do Brasil, e posteriormente a emissão da Ordem de Início de Serviços da Etapa de Obras, o que determinam contratualmente a Data de Eficácia do Contrato de Concessão.

Em 10 de fevereiro de 2025, a Companhia celebrou com o Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, contrato de concessão administrativa para construção, gestão, operação e manutenção do novo Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina em Palmas.

Em 18 de fevereiro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Companhia em R$ 5.656, mediante a emissão de 5.656.000 novas ações (cinco milhões, seiscentas e cinquenta e seis mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 (um real). O capital social da Companhia passou de R$ 3.871 para R$ 9.527.

Em 15 de abril de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Companhia em R$ 10.473, mediante a emissão de 10.473.148 (dez milhões, quatrocentas e setenta e três mil, cento e quarenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 (um real). O capital social da Companhia passará de R$ 9.527 para R$ 20.000, totalmente subscrito e integralizado neste ato, em moeda corrente nacional.

## 14 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 24 de abril de 2025.

**DIRETOR DE OPERAÇÃO**
Thiago Nery Python

**DIRETOR FINANCEIRO**
Rogério Bolzani Caldas

**CONTADOR RESPONSÁVEL**
Ronney Donizete Fernandes
Contador - CRC - 1SP-286064/O-3